



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 14, n. 52, jan./mar. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Entre o prêt-à-porter e a alta costura: procedimentos de determinação da intensidade do controle judicial no direito comparado
Eduardo Jordão
- ◆ A técnica da proporcionalidade no Supremo Tribunal Federal: espécie válida de solução para a colisão de direitos fundamentais
Marcelo Figueiredo
- ◆ Controle da Administração Pública no Brasil: um breve resumo do tema
Marcos Augusto Perez
- ◆ A regulação pública como limite à autonomia da vontade no direito contratual
Jorge Alves Correia, Ana Carolina da Costa Leitão
- ◆ Regulação e o direito administrativo da escassez
Paulo Augusto de Oliveira
- ◆ Conflito de interpretação normativa no controle interno da competência discricionária
Antônio Rodrigues do Nascimento
- ◆ O Supremo Tribunal Federal antes e depois da TV Justiça: rumo à sociedade aberta de telespectadores?
Felipe de Melo Fonte
- ◆ Parcerias entre setor público e setor privado na área de saúde no Brasil: os últimos 10 anos
Ana Malik
- ◆ Aspectos críticos da Lei nº 13.019, de 2014 – Uma análise do marco regulatório das organizações do Terceiro Setor
Valéria Salgado
- ◆ Avanços e problemas do novo decreto de PMI da Bahia
Tarcila Reis
- ◆ A concretização racional dos direitos sociais pela jurisdição constitucional
João Tonnera Junior

Especial

- ◆ Prefácio ao livro Controle da Administração Pública (4. ed. revista, atualizada e ampliada) – Phillip Gil França
Paulo Modesto

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei estadual – Cargos e funções de consultoria e assessoramento jurídico – Cargo de provimento em comissão – Funções inerentes a Procurador do Estado – Usurpação de funções privativas de Procuradores de Estado – Artigo 132 da Constituição Federal de 1988 – Exclusividade e intransferibilidade a pessoas estranhas ao quadro da Advocacia do Estado